



Educação inclusiva na educação infantil: estudo exploratório em um município do estado de Goiás

Inclusive education in children's education: exploratory study in a city at the state of Goiás-Brazil

eLocation-id: e0015

DOI <http://dx.doi.org/10.5965/19843178172021e0015>

Rosângela Lopes Borges

Universidade Estadual de Goiás
rosalb2@hotmail.com - [ORCID](#)

Leidiane Dias De Paiva

Faculdade de Caldas Novas
leidianePAYVA@hotmail.com - [ORCID](#)

RESUMO

O presente estudo tem como temática a presença de crianças com deficiência na Educação Infantil. O objetivo da pesquisa foi conhecer como ocorre a inserção desses alunos nos centros de educação infantil. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações, revistas e, leis. Posteriormente, um estudo exploratório tendo como recursos para a coleta de dados entrevistas e questionários. A pesquisa foi realizada em um Centro de Educação Infantil (CEI), de um município do estado de Goiás, Brasil. Participaram do estudo a coordenadora municipal da inclusão na Educação Infantil, a diretora do CEI, bem como sete pedagogos e cinco professores de apoio desse mesmo centro. Os resultados encontrados mostram que, cada vez mais, as crianças com deficiência estão sendo matriculadas na Educação Infantil e chegando nos CEIs já com o laudo “em mãos”. Entretanto, este documento não pode ser um pré-requisito para a inclusão, mas reconhecemos o seu valor para o encaminhamento dos alunos a profissionais especializados. Concluímos que a cada dia que passa os profissionais da educação e os municípios estão mais conscientes em relação ao seu papel na inserção das pessoas com deficiência, no entanto, há muito caminho a ser percorrido para que se cumpra as medidas estabelecidas nos documentos legais sobre a inclusão nas escolas regulares.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Infantil; Deficiência; Laudo Clínico; Diagnóstico.

ABSTRACT



Or present study subject as subject to presence of children with deficiency in Infant Education. The objective of the research is to know how the insertion of sessions occurs in some of our children's education centers. A bibliographic research was carried out in books, scientific articles, dissertations, magazines and, law. Subsequently, an exploratory study I have as resources for the collection of given interviews and questionnaires. A research was carried out in a Child Education Center (CEC), in a municipality of the state of Goiás, Brazil. Participating in the study to the municipal coordinator of the inclusion in Infant Education, to the director of the CEC, as seven pedagogues and five support teachers of the same center. The results found show that more and more children with deficiencies are being enrolled in Early Childhood Education and receiving CEC as an award "in hands". In the meantime, this document cannot be a prerequisite for inclusion, but we acknowledge its value for or refer two students to specialized professionals. We conclude that each day that passes the education professions in the municipalities are more aware of their role in the insertion of people with deficiencies, however, there is a long way to go so that the measures established in our law documents on to inclusion of regular schools.

Keywords: Inclusion; Early Childhood Education; Deficiency; Clinical Report; Diagnosis.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é o começo da vida escolar. Nela, desde o início, as crianças aprendem sobre as diferenças presentes no mundo que as rodeia. Logo, incluir estudantes que apresentam deficiências é importante para que não se sintam excluídos e evoluam melhor na escola e na sociedade de modo que tenham espaços de direito e oportunidades desde a mais tenra idade. Além disso, o aluno que não possui deficiência aprende a conviver e a respeitar os limites daqueles com necessidade específicas, passam a reconhecer as diferenças individuais, inclusive as deles mesmos, entendendo que a diversidade existe e que é normal ser diferente. Logo, a instituição deve promover algumas adaptações (físicas, pedagógicas, didáticas e metodológicas) na escola a fim de proporcionar oportunidades equitativas entre os discentes.

Há alunos com problemas no desenvolvimento, o que pode estar relacionado a alguma dificuldade de aprendizagem (de origem psicológica), transtornos (de origem



neurológica) ou ainda deficiências (de origem física) especificamente. As três, quando descobertas precocemente podem ser tratadas, ou ainda, conduzidas a um atendimento psicopedagógico específico, dentro do próprio Centro de Educação Infantil. Mesmo que a educação inclusiva abranja mais que apenas as deficiências, nosso estudo fará um recorte somente sobre as crianças com deficiência dessa modalidade de ensino.

Na Educação Infantil, por ser o início do processo de escolarização, a presença de alunos com deficiência sem laudo ou diagnóstico clínico (emitido por um médico), e/ou relatório clínico (emitido por psicólogos, psicopedagogos, neurologistas e etc.) é bem acentuada. Além disso, alguns pais deixam passar despercebidas as limitações de seus filhos, ou ainda, não possuem condições financeiras para pagar por uma avaliação clínica ou multiprofissional. Soma-se a esses agravantes o fato de que, muitas vezes, a escola não tem profissionais capacitados para identificar essas deficiências e fazer os devidos encaminhamentos.

Além dos problemas citados anteriormente, há inúmeros outros que devem ser sanados nos Centros de Educação Infantil. Dentre eles, existe a falta de conhecimento, por parte, dos professores (pedagogos), os professores de apoio que, muitas vezes, não possuem sequer uma graduação. Boa parte das escolas não têm estruturas físico-arquitetônicas e nem materiais pedagógicos adequados para trabalhar com os alunos que possuem deficiência. Diante disso, levanta-se a seguinte problemática: Como ocorre a inclusão das crianças com deficiência na Educação Infantil, e como os professores do CEI - Centro de Educação Infantil (de três a cinco anos) identificam e lidam com elas?

Levanta-se a hipótese de que o número de crianças com deficiência na Educação Infantil é considerável. Acredita-se que a maioria desses alunos não



possuam laudo, diagnóstico e/ou relatório, dificultando o processo de ensino dos professores. Além disso, infere-se que os docentes, em sua maioria, não estejam preparados para identificar e propor soluções, antecipadamente, a esses problemas que poderão acarretar em uma dificuldade de aprendizagem futuramente, no Ensino Fundamental.

Este estudo teve como objetivo geral compreender como ocorre a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, em específico, em um Centro de Educação Infantil (CEI), de um município do estado de Goiás. Além desse, levantou-se como objetivos específicos: a) compreender os problemas no desenvolvimento psicomotor ou pedagógico que podem surgir ainda na Educação Infantil em decorrência das deficiências; b) desvendar como os profissionais do Centro de Educação Infantil procedem ao se deparar com uma criança que não acompanha as demais nas atividades diárias; c) compreender melhor sobre o papel do laudo, diagnóstico e/ou relatório para a inclusão educacional das crianças ainda na Educação Infantil.

Inferimos que os centros de educação infantil nem sempre estão aptos a atender alunos com deficiência. Por falta de informação, em certas ocasiões, essas crianças acabam sofrendo preconceito por parte de professores, de colegas de classe e até mesmo da família. Entende-se que a pesquisa acadêmica, nesse âmbito, seja de suma importância, pois além dos pesquisadores adquirirem conhecimento, pode influenciar e esclarecer as pessoas ao redor, sejam elas estudantes ou professores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO



2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Há séculos já havia preconceito na humanidade em relação a pessoas com deficiência. No Egito Antigo, em Esparta os “defeituosos” eram eliminados e não recebiam o mesmo tratamento que os demais. Com o passar do tempo, na Idade Média, esses indivíduos foram deixando de ser excluídos e sendo aceitos, graças à doutrina cristã mostrando que todos deveriam ser amados, pois o homem era uma criatura divina (GUGEL, 2008).

Já em meados de 1900, a sociedade foi se organizando ‘lentamente’ para o atendimento às pessoas com deficiência. Sobre isso, Jannuzzi (2004, p. 34) explica que “A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência”.

Por volta de 1290, em Paris, surgiu a primeira instituição, criada pelo Rei Luís IX, para atender aos soldados que ficaram cegos durante a Sétima Cruzada. A Sétima Cruzada aconteceu entre os anos de 1248 e 1254, comandada pelo Rei Francês Luís IX, seu objetivo era alcançar o Egito (LOPES, 2012). No Brasil, a primeira instituição desse modo foi inaugurada no Rio de Janeiro, em setembro de 1857, onde se atendia apenas Surdos-Mudos [*sic*] (SILVA, 2012).

Desde a primeira Constituição do Brasil, em 1824, já estava previsto o direito à educação para indivíduos com deficiência (JANNUZZI, 2004). No início da inclusão de pessoas com deficiência na escola formal, os alunos haviam sido apenas inseridos nas escolas. Com o tempo, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas foi fortalecida, procurando melhorias para que esses alcançassem o sucesso acadêmico, junto aos demais (SILVA, 2012).



A junção dos alunos com deficiência e os demais, com o tempo, foi vista como um processo evolutivo, podendo dividir os mesmos espaços, socializando, construindo novas aprendizagens entre ambos. Em 1959, deu-se início à integração (processo da junção nas práticas e nas medidas que potencializam a participação de pessoas comuns na cultura de pessoas com deficiência. Não deve ser confundido com "inclusão" escolar na Dinamarca, nos anos 70 (SANCHES; TEODORO, 2006).

A Itália junto com os países nórdicos (Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia) encaminharam os alunos de escolas especiais as de ensino regular, extinguindo assim as "escolas especiais". A integração entre os alunos põe em prática um plano educativo, o qual fizesse com que todos dividissem a mesma cultura, diminuindo as diferenças sociais, não fazendo exclusão das pessoas com problemas de aprendizagem. No entanto, percebeu-se que somente a integração não bastava, era preciso incluir verdadeiramente (SANCHES; TEODORO, 2006).

As escolas não devem apenas inserir o aluno na instituição, precisam produzir transformações e acreditar nos avanços de cada um, necessita ter cuidados para que não prejudiquem o educando no futuro, afinal estão trabalhando com pessoas de características distintas. A inclusão questiona todo o sistema de ensino, não somente o da Educação Especial. Nela as escolas acolhem "[...] às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar [...]" (MANTOAN, 2003, p. 16). Isso inclui as três modalidades que discriminamos melhor adiante.

2.2 DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM



Segundo Diniz (2007), deficiência é o nome dado a uma categoria indivíduos que possuem lesão no corpo, assim como negros, brancos são considerados uma categoria de pessoas. A deficiência é um estilo de vida que a pessoa não escolhe ter, mas todos, até a velhice, poderão conviver com pessoas com algum tipo de deficiência.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146, de 06 de julho de 2015, em seu Artigo 2º, considera-se pessoa com deficiência:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

De acordo com o Instituto ABCD (2013), os problemas de aprendizagem, nem sempre, estão associados a uma deficiência. Esses podem estar sujeitos a algum tipo de transtorno ou uma dificuldade de aprendizagem, os quais são muito confundidos, mas possuem significados diferentes. Gomes e Terán (2014, p. 93) alertam que “Os transtornos de aprendizagem não devem ser confundidos com outras deficiências como o atraso mental, o autismo, a surdez, a cegueira ou os transtornos de comportamento”.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, intitula-se Transtorno de Aprendizagem quando uma pessoa apresenta prejuízo na escrita, expressão da leitura ou matemática. Existem três tipos de gravidade: leve, moderada e grave. Esse contratempo pode acarretar em prejuízos no âmbito escolar e, principalmente, na carreira profissional por não perceber e processar informações com eficiência (NASCIMENTO et al., 2014).

De acordo com o Instituto ABCD (2013), as crianças que possuem Dificuldade de Aprendizagem, como o próprio nome diz, possuem dificuldade em aprender, isso pode



ocorrer por vários motivos como: problemas familiares, problemas psicológicos, saúde, entre outros. A dificuldade de aprendizagem pode ocorrer em apenas um momento difícil que a criança esteja passando (GOMES; TERÁN, 2014).

Podemos concluir então que os problemas de aprendizagem podem se apresentar de três maneiras distintas. a) Transtorno de Aprendizagem: problema de ordem neurológica que não pode ser diagnosticado por apenas um profissional¹, diante de sua complexidade. Exemplo: Dislexia, Discalculia, Hiperatividade, Déficit de Atenção, etc. b) Dificuldade de Aprendizagem: trata-se de um obstáculo (temporário ou não) que pode ser de origem cultural, cognitiva, pedagógica ou até mesmo emocional. Exemplo: dificuldade em ler, e escrever, em uma disciplina ou conteúdo específico. c) Deficiência: desordem de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, facilmente diagnosticada por um médico. Exemplo: Síndrome de Down, Autismo, Cegueira, Surdez, etc. Esta última, foco do nosso Estudo, se enquadra no público-alvo da Educação Inclusiva, por estar estabelecida em Lei. Logo, os transtornos e as dificuldades de aprendizagem, mesmo sendo uma necessidade educacional específica, não são abarcadas nesse âmbito.

Figueiredo, Matsukura e Emmel (2013) defendem que deve haver uma identificação precoce das deficiências, pois isso influencia diretamente no sucesso ou não do processo de aprendizagem, acarretando em fracasso e mais exclusão escolar, quando este ingressa no Ensino Fundamental. Rodrigues et al. (2015) defendem a importância do papel do professor no diagnóstico precoce (no sentido de identificar os primeiros sintomas) e na intervenção adequada ainda nos primeiros anos escolares.

2.3 DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

¹ Neste caso, será necessária a avaliação do professor, psicopedagogo, psicólogo, neurologista e até mesmo, dependendo do caso, um fonoaudiólogo.



A inclusão e adequação pedagógicas e metodológicas são abarcadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em seu inciso VII, do § 1º, do artigo 8º, da Resolução CNE/CEB nº 05/2009, especifica que as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consideravam-se pessoas com deficiência aqueles que apresentavam “[...] deficiência física, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). No entanto, esse conceito foi ampliado com a Lei Brasileira de Inclusão que leva em consideração a interação das pessoas com as barreiras e não necessariamente suas limitações (BRASIL, 2015). Essa mesma lei destaca deficiências de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

A deficiência motora pode ser de caráter congênito ou adquirido. Pode ocorrer por lesões ou doenças que afetam quaisquer sistemas, como: lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas ou até por má formação. Essa deficiência pode produzir limitações físicas, como a coordenação motora ou da fala (BRASIL, 2006).

Segundo Stefanello (2010), a Síndrome de Down é um distúrbio genético que ocorre por uma alteração cromossômica identificada pela trissomia extra, total ou parcial. A pessoa com essa síndrome é considerada uma pessoa com deficiência por apresentar atraso no desenvolvimento de habilidades, de condições motoras, mentais e/ou intelectuais.



De acordo com Gomes e Terán (2014), o Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) é uma dificuldade na interação social, na comunicação e/ou na linguagem, além de comportamentos repetitivos e estereotipados. Esse transtorno inclui: Autismo; Síndrome de Asperger; Transtorno Desintegrativo da Infância; Síndrome de Rett, dentre outros.

Já as Altas Habilidades são pessoas que demonstram sinais de capacidades superiores em alguma área de conhecimento. Essas pessoas podem ter alto índice de aprendizado, podendo ter, também, mais de uma inteligência, como as que se encaixam em inteligências múltiplas, tais como: Linguística, Musical, Lógico/Matemática, Espacial, Corporal/Cinestésica, Intrapessoal, Naturalista. E é justamente pelo fato de ter essa inteligência acima da média que a maioria apresenta dificuldades em suas socializações com o meio, e precisa de um acompanhamento especializado ou de uma suplementação do conteúdo (FLEITH, 2006).

Mais recentemente, por exemplo, o Ministério da Educação emitiu uma Nota Técnica Conjunta de nº 02, de 04 de agosto de 2015, com “Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil”. Além dela uma Nota Técnica de nº 25, de 16 de março de 2016, fornecendo “Orientações para o acolhimento dos bebês com microcefalia pela Educação Infantil”. Verifica-se um crescimento no ingresso de crianças com deficiência na Educação Infantil de 322%, passando de 12.286 estudantes em 2003 para 51.891 em 2015 (BRASIL, 2003-2016).

O processo de desenvolvimento da aprendizagem na Educação Infantil é algo fundamental na vida da criança. Logo, uma deficiência diagnosticada ainda na infância pode prevenir vários problemas no futuro. No entanto, deve-se atentar que nenhuma criança aprende igual à outra, o professor deve utilizar não só um método de ensino, e



sim adaptar vários métodos de acordo com a dificuldade de seus alunos, suprimindo a necessidade de cada um (SPINELLO, 2014).

José e Coelho (2011) explicam que a mudança da metodologia de ensino, por parte do docente, pode favorecer a identificação das deficiências. E também, orienta que o professor deve evitar rotular seu aluno. De acordo com Nunes e Chahini (2016), é necessário um cuidado especial com a criança em sua infância, deve-se estimular e observar o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Tanto o aluno que apresenta deficiência quanto os demais, quando estimulados corretamente, possuem possibilidades físicas e motoras de se desenvolverem melhor.

De acordo com Oliveira (2014, p. 07), é necessário que as deficiências sejam identificadas ainda na Educação Infantil e “[...] geralmente isso é feito pelo professor que passa a conviver com a criança”, depois de identificada a causa do problema, devem ser utilizados métodos individuais e adequados. Ambas as ações (identificar e intervir) cabem ao docente, no entanto, a autora alerta sobre o “despreparo” desses profissionais, e a “culpabilização²” que estes dispõem sobre os alunos. A autora defende ainda que o modo como o educador lida com as deficiências interfere no bom ou mau desempenho dos educandos.

O conhecimento e o apoio da família são fundamentais para o desenvolvimento do aluno, ela e a escola devem “andar” juntas. O professor deve estar sempre dialogando com seus alunos e com os responsáveis, assim compreendendo melhor sua turma, podendo modificar seus métodos de ensino para que eles possam se desenvolver melhor. Por meio do lúdico a criança aprende mais e traumatiza menos, evitando assim problemas futuros (CRUZ, 2014).

² O professor se exime da responsabilidade de ensinar adequadamente e coloca a culpa no aluno.



De acordo com Fava (2011, p. 42), alguns pontos úteis que ajudariam a melhorar o desenvolvimento de educandos com deficiência seriam “[...] recursos materiais, atitudes positivas, bons níveis de autoeficácia, cooperação, colaboração e comunicação [...]”. Oliveira (2014) diz que para tentar diminuir os problemas na aprendizagem, advindos das deficiências, é necessário um conjunto de pessoas que trabalhem com o mesmo objetivo. E o professor deve ter consciência de que cada aluno se desenvolve em seu tempo, que o processo para alguns pode ser lento, mas que com estratégias adequadas às necessidades específicas de cada um, é possível que todos aprendam.

2.4 A IMPORTÂNCIA DO LAUDO, DIAGNÓSTICO E/OU RELATÓRIO

O laudo é um documento emitido por especialistas (geralmente da área médica) após a análise de uma determinada situação (nesse caso, a presença de uma deficiência), por meio da qual se chega a um diagnóstico. Já o relatório (geralmente da área clínica) é emitido em casos de transtornos de ordem neurológica, fonoaudiológica ou psicopedagógica. Para Moraes (2010, p. 06), diagnosticar nada mais é do que “[...] a constatação de que a criança possui algum tipo de necessidade educacional especial [...]”; a autora alerta que isso, normalmente, só é detectado quando ela é inserida no Ensino Fundamental. No entanto, alerta que isso deveria ser realizado ainda na Educação Infantil.

Vale ressaltar que o foco deste Estudo se refere a um documento, podendo ser laudo, diagnóstico e/ou relatório, que a família da criança apresenta a fim de justificar o atraso no desenvolvimento. Tal apontamento pode ser emitido por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, neuropsiquiatras, neuropsicólogos, psicopedagogos ou ainda por uma equipe multidisciplinar.



Os professores da Educação Infantil, normalmente, são os primeiros a notar o atraso no desenvolvimento dos alunos. Para que possam ajudar o educando é necessário o seu encaminhamento a um profissional para a identificação da causa real do problema, mas para realizar este encaminhamento é necessário que o professor seja capaz de identificar ainda muito cedo as primeiras limitações (MALUF, 2013). Silva, Borges e Paiva (2018) defendem que o grande desafio é a capacidade do professor em ser capaz de adequar as aulas às necessidades dos discentes, e que para isso é necessário um planejamento combinado com os rompimentos das barreiras da aprendizagem.

Os profissionais da educação, a família, ou até mesmo as pessoas de convívio do estudante, quando “desconfiar” de algum problema precisam buscar um laudo, diagnóstico e/ou relatório. Não só para “apontar” os porquês das dificuldades da criança, ou para assegurar seus direitos, mas para que essa possa receber o auxílio adequado. Quando o professor possui o conhecimento de seu estado, é possível atender às necessidades específicas para um melhor desenvolvimento do aluno (PAGANELLI, 2018).

As deficiências diagnosticadas, ainda na Educação Infantil, tendem a acarretar em menor influência nas dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental. O professor deve manter relatórios de suas superações e limitações. Para Moraes (2010), o diagnóstico do psicopedagogo dá início a um processo de superação das dificuldades, no qual são debatidas ideias e opiniões para ajudar no seu desenvolvimento psicomotor. Para a autora, este é um processo no qual se analisa a situação do educando com dificuldade dentro do contexto da escolar. Seu objetivo é alcançar uma compreensão completa da sua forma de aprender e dos desvios que estão ocorrendo neste processo e que leve a um prognóstico para o problema de



aprendizagem. A ideia, portanto, é que o diagnóstico venha a prevenir problemas maiores, antes mesmo da fase de alfabetização.

Independente de o aluno possuir laudo/diagnóstico médico e/ou relatório (neuro) (psico) pedagógico, apesar de sua importância, a escola deve prestar todo apoio ao educando. O professor mesmo formulando uma estratégia educacional para todos, deve diversificar os métodos de ensino de acordo com a necessidade de cada aluno, desenvolvendo recursos capazes de proporcionar ou ampliar suas habilidades funcionais (PAGANELLI, 2018).

De acordo com a autora, citada anteriormente, exigir diagnóstico do aluno para o atendimento de suas especificidades educacionais, é impor barreiras ao seu acesso à educação. Defende ainda que o Atendimento Educacional Especializado³ (AEE), que é um atendimento pedagógico e não clínico, deveria atender qualquer tipo de estudante, mesmo aqueles que não têm laudo. O AEE é obrigatório em todos os níveis e modalidades de Ensino, no entanto, é mais comum presenciá-lo sendo oferecido no Ensino Fundamental e Médio, sendo “esquecido” na Educação Infantil.

Nem sempre é necessário um laudo para que o professor possa notar a dificuldade que o estudante tem em se concentrar, falar, ouvir, andar, seguir regras, se vestir, memorizar uma música, montar um quebra-cabeça ou ainda acompanhar a turma nas rotinas educacionais. O educador deve estar sempre atento às necessidades dos alunos e oferecendo a eles recursos para que possam desenvolver suas habilidades de acordo com suas especificidades (ALVES, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

³ Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um conjunto de atividades pedagógicas organizadas para atender alunos com alguma necessidade educacional específica, complementando a formação regular do aluno com estratégias e recursos que eliminem barreiras às quais dificultam a aprendizagem.



De acordo com Prodanov e Freitas (2013) a metodologia são métodos para a construção do conhecimento para aprender e conhecer, aplicando técnicas de pesquisa, colhendo informações visando os problemas e questões investigadas, com intuito de comprovar a validade e utilidade de atribuições da sociedade. Dessa maneira, nesta seção serão discriminados os procedimentos metodológicos utilizados para realizar esta pesquisa.

Por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, revistas, dissertações e leis, aprofundou-se sobre a temática abordada: as deficiências na Educação Infantil. Nisso, procurou-se compreender como ocorre a inclusão desses estudantes com deficiência na Educação Infantil.

De acordo com Gil (2008), é necessário pesquisar para ter a prática do conhecimento. Cada tipo de pesquisa possui um objetivo específico. As pesquisas descritivas têm como objetivo estudar as características de um grupo, levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população. Logo, foi realizado um estudo exploratório com objetivos descritivos e abordagem qualitativa em um centro de educação infantil.

A Educação Infantil, no município de Goiás escolhido para a realização deste estudo, consta atualmente com quinze (15) CMEIs e quatro (4) CEIs. Alguns atendem crianças até os três anos e outros até a idade escolar. A pesquisa de campo foi realizada em um CEI - Centro de Educação Infantil⁴, que atende cerca de 140 alunos, na faixa etária de três a cinco anos. Fazem parte do quadro de professores: sete pedagogos e cinco apoios. Todos eles participaram desta investigação, além da direção desta instituição e da coordenação da inclusão do município (Núcleo Municipal de Educação Multidisciplinar), no âmbito da Educação Infantil.

⁴ Optou-se, por questões éticas, não citar o nome do local e nem dos sujeitos da pesquisa.



A entrevista é o encontro entre duas pessoas, com a finalidade de que o pesquisador possa coletar dados na investigação social. É um instrumento de trabalho utilizado para angariar ideias e opiniões dos entrevistados sobre um assunto (GIL, 2008). Para a coleta de dados realizou-se entrevista semiestruturada (contendo 10 perguntas abertas) com a direção do CEI a fim de constatar como essa instituição lida com os alunos que apresentam problemas de aprendizagem. Além disso, aplicou-se uma entrevista semiestruturada, também com 10 questões abertas, com a coordenadora geral da inclusão na Educação Infantil do município. Ambas foram gravadas (apenas a voz) para posterior conferência dos dados recolhidos.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 108), o questionário “[...] é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente)”. Nesse sentido, utilizou-se um questionário com 06 questões fechadas e abertas aos professores (pedagogos) e aos professores de apoio do CEI. Isso para que fosse possível averiguar quais as deficiências são mais frequentes na Educação Infantil e como esses professores lidam com elas no dia a dia.

Em resumo, participaram de nossa pesquisa: 1 diretora, 1 coordenadora municipal, 7 pedagogos, e 5 professores de apoio. Às 14 pessoas participantes estão diretamente ligadas ao ensino de crianças com deficiência na Educação Infantil. Todos os participantes assinaram adequadamente o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) se disponibilizando em participar, sem honorários, com sigilo e preservação de sua imagem.

Os dados coletados durante a aplicação das duas entrevistas e do questionário foram analisados à luz de Bardin (2016). Segundo essa autora, para realizar a análise de conteúdo utilizam-se procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do



conteúdo das mensagens. Para tal, divide-se em três etapas principais: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados.

4 RELATO DOS DADOS COLETADOS

4.1 COORDENAÇÃO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS/GO

Fizemos uma visita ao Núcleo Municipal de Educação Multidisciplinar, da Secretaria Municipal da Educação, no dia 20 de setembro, às 15 horas, e aplicamos uma entrevista não estruturada à coordenadora da inclusão na Educação Infantil do município. Ela, representada aqui com o pseudônimo de Amaral, explicou que houve uma divisão da Coordenação de Inclusão, que a partir de janeiro de 2018, passou a ser representada por duas coordenadoras, uma para a Educação Infantil e outra para o Ensino Fundamental. Antes disso

O Núcleo Municipal de Educação Multidisciplinar é composto por psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, musicoterapeuta, arteterapia e outros profissionais que atuam no apoio às dificuldades de aprendizagem e comportamentais. Já a Pestalozzi é uma instituição especializada que atende aos alunos que têm deficiência. Ambos só realizam o atendimento depois que o aluno é encaminhado com o laudo. Amaral alertou que o atendimento nessas unidades não desobriga o Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas. Acrescentou ainda o , seja possível a inauguração do AEE, também, na Educação Infantil.

Vale explicar que os Centros de Educação Infantil (CEI) e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) compõem toda a Educação Infantil. Atualmente, há 15 CMEIs e 04 CEIs na cidade pesquisada. De acordo com Amaral, quando um professor



identifica num aluno um possível prejuízo em seu desenvolvimento (físico, cognitivo, motor, emocional ou social) este é encaminhado para a coordenação do CMEI ou CEI que fará o encaminhamento (por escrito) para o Núcleo Municipal de Educação Multidisciplinar que fará uma investigação e encaminhará para um neurologista (este atende gratuitamente em parceria com o município). Esse primeiro levantamento, geralmente, é feito por uma psicóloga, uma fonoaudióloga e uma psicopedagoga que darão um *feedback* à escola proponente.

Amaral relatou que atualmente há cerca de 40 alunos com deficiência (com laudo) na Educação Infantil. Antigamente os pais levavam bastante tempo para procurar ajuda para seus filhos, já hoje, a maioria desses alunos já chegam à Educação Infantil com um laudo em mãos. Essa afirmativa refutou nossa hipótese inicial de que esses discentes não teriam esse documento comprobatório. A entrevistada destacou que um laudo não pode ser fechado e, que por isso, ela prefere utilizar o termo “hipótese diagnóstica”, já que a criança está em desenvolvimento e esse documento pode sofrer alterações constantes.

Em relação à capacitação dos professores regentes para a capacidade de identificar as possíveis alterações no desenvolvimento dos alunos, a entrevistada relatou que houve uma capacitação no mês de maio do corrente ano. Acrescentou ainda que todos os alunos que têm deficiência, na Educação Infantil, têm um Profissional de Apoio à Inclusão. Esse profissional acompanha e atende às necessidades específicas da criança em todo o período que ela está no Centro Infantil.

Afirmou ainda que somente neste ano houve várias capacitações (janeiro, abril, maio, agosto) oferecidas pela Coordenação da Inclusão na Educação Infantil para esses profissionais. Essa afirmação também contradiz nossa hipótese inicial de que os



profissionais da educação não seriam capacitados para lidar com alunos com deficiência.

Amaral explicou que um de seus trabalhos é realizar visitas nas unidades de educação infantil do município. Ela o faz bimestralmente. E uma das barreiras que mais encontra, para a inclusão dos alunos na Educação Infantil, são advindas da família. A entrevistada elucidou que, muitas vezes, os pais não percebem as distinções de seu(a) filho(a); não acolhem bem a devolutiva do Núcleo Multidisciplinar; não levam a criança ao neurologista, ou ainda, não aceitam o fato de que seu(a) filho(a) é diferente e que precisa de cuidados específicos. Para ela, a aceitação e apoio dos pais são de suma importância para o sucesso da inclusão na Educação Infantil.

Outro assunto importante discutido durante a visita foi relacionado à definição de deficiência pela Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Amaral explicou que há casos em que a criança precisa de um Profissional de Apoio à Inclusão, no entanto, sua situação legal (baseada no seu laudo) não o permite. Exemplificou três casos: uma criança surda que foi submetida ao implante coclear, mas que ainda não oraliza; uma criança que havia realizado um transplante de órgão e que requer alguns cuidados especiais; e crianças com microcefalia que não estão na lei, mas que já começaram a chegar à Educação Infantil. Nota-se, portanto, uma necessidade de adequação e ampliação do conceito de “deficiência” pelas leis brasileiras.

4.2 DIREÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com 07 questões abertas com a diretora do Centro de Educação Infantil, no dia 06 de agosto de 2018, às 10 horas e 30 minutos. Ela é pós-graduada em gestão administrativa, está na educação há 22 anos, e



atua há 12 anos como diretora. Durante a entrevista relatou que o CEI não possui alunos com laudos diagnósticos e/ou relatórios. Quando questionada sobre problemas de aprendizagem mais frequentes, ela citou a falta de coordenação motora, mas que segundo a entrevistada se dá a pouca idade e não necessariamente a uma deficiência ou outro problema qualquer.

Para sanar essa dificuldade motora que apresentam, o CEI oferece aos alunos materiais pedagógicos para auxílio de suas atividades. Dentre os citados pela coordenadora estão: blocos lógicos, material dourado, bola, entre outros, e também trabalham com músicas e movimentos, trabalhando assim a coordenação motora, a qual apresenta ser o maior problema da instituição. Essa afirmação refuta a hipótese que levantamos de que a escola não teria materiais pedagógicos para trabalhar com esse público.

Na instituição, não há um profissional com formação específica para atender alunos com problemas na aprendizagem. Há profissionais que são pós-graduados em Psicopedagogia e dão apoio quando necessário, mas não há um profissional destinado a exercer somente a função de psicopedagogo.

A diretora afirmou que os pedagogos e profissionais de apoio do CEI estão preparados para atender todos os tipos de aluno. Reforçou ainda que os professores são bem esforçados, e mesmo não tendo conhecimento de algum problema do aluno, estão sempre em busca de ajudá-los.

Quando um aluno apresenta alguma deficiência na gestão escolar juntamente com os professores, buscam auxílio com profissionais capacitados para avaliá-los. A entrevistada acrescentou que os pais ou responsáveis são bem presentes na vida escolar dos filhos. Pontuou que cerca de 80% deles estão sempre acompanhando seus



filhos. Essa afirmação contradiz nossa hipótese inicial, bem como o relato anterior da coordenadora municipal da educação inclusiva na Educação Infantil.

4.3 PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A aplicação da pesquisa com os pedagogos e professores de apoio do CEI foi realizada no dia 06 de setembro de 2018, às 11 horas. Todos os professores do Centro participaram de nossa pesquisa, no total foram 12 profissionais da educação, sendo sete pedagogos e cinco apoios.

Para coleta de dados, fizemos um questionário com seis perguntas para os pedagogos e professores de apoio do Centro de Educação Infantil, foco deste Estudo. Esse questionário foi elaborado para que soubéssemos melhor como esses profissionais da educação lidam com os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade ou deficiência.

Grande parte dos profissionais relatou que notam um aluno com deficiência durante as atividades, quando o aluno não consegue acompanhar a turma, mas poucos dizem fazer avaliações diagnósticas mais elaboradas para o conhecimento do problema do aluno. Os alunos que possuem algum tipo de deficiência, na maioria dos casos, recebem uma atenção especial, alguns disseram que é difícil pela falta de profissionais para auxiliá-los, mas que recebem ajuda dos professores de apoio.

Para os entrevistados, o maior problema que encontram para ajudar alunos com algum tipo de deficiência é a quantidade de alunos dentro da sala de aula. Segundo eles, o contingente de alunos é grande em relação à quantidade de professores. Alguns dos professores disseram elaborar atividades diferenciadas para ter um melhor



desempenho desses alunos que não conseguem realizar as atividades junto com os demais colegas.

Os profissionais da instituição relataram ainda que buscam realizar atividades lúdicas para trabalhar com os alunos que não se desenvolvem como os demais. Realizam brincadeiras para melhor interação e crescimento motor e cognitivo dessas crianças. Quando questionados sobre a postura dos demais colegas em relação aos que apresentam dificuldades, os entrevistados relataram que os alunos tratam todos iguais, independente de terem alguma deficiência ou não.

Quando nos referimos ao laudo, diagnóstico ou relatório, os professores foram unânimes em afirmar que se o aluno que possui deficiência apresentasse este documento, ao ingressarem no CEI, seria bem mais fácil lidar com suas limitações e ajudá-lo mais e melhor. Um dos entrevistados escreveu “Com o laudo ou diagnóstico nós profissionais poderíamos elaborar atividades de acordo com a necessidade de cada um, e dependendo desse diagnóstico o aluno teria direito de um profissional para acompanhá-lo, obtendo melhor desempenho.”.

Para finalizar, perguntamos aos professores e profissionais de apoio se a gestão escolar do CEI oferece recursos e ajuda para que desenvolvam um trabalho mais produtivo com os alunos que apresentam deficiência. A maioria respondeu que quando procuram a gestão para auxiliá-los, estão sempre disponíveis a ajudar de alguma forma. Acrescentaram ainda, alguns dos entrevistados, o apoio que o Núcleo Municipal de Educação Multidisciplinar, da Secretaria Municipal da Educação, realiza em parceria com os CEIs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Compreendemos, portanto, que as deficiências são apenas mais uma característica da condição humana, e essas pessoas estão cada dia mais presentes na sociedade. É imprescindível que se conheça as limitações e as especificidades deste público para que se consiga dar maior visibilidade, respeito e reconhecimento a esse público.

Os alunos com deficiência precisam de acessibilidade na educação, independentemente de suas limitações, é necessário um cuidado específico com cada um deles. A inclusão nas escolas deve ocorrer de forma correta, assim poderá ajudar um aluno a aprender com o outro, seja ele com ou sem deficiência. Os métodos devem ser adequados e acessíveis às necessidades educacionais específicas de cada discente, pois nem todos aprendem da mesma maneira.

Na Educação Infantil, é preciso uma atenção especial dos profissionais da educação a qualquer que seja o problema apresentado pelos alunos. Entendemos, pela literatura levantada, que, em muitos casos, a preguiça, a irritabilidade, a inquietude, a falta de coordenação motora, ou a desatenção podem ser os primeiros sinais de alguma deficiência. Professores bem preparados têm mais chance de identificar uma deficiência e encaminhar a criança a profissionais especializados, promovendo um bom desenvolvimento, e diminuindo possíveis prejuízos futuros.

No município pesquisado, há uma equipe de profissionais que atendem os alunos que apresentam alguma deficiência ou alteração comportamental. Na Educação Infantil, o aluno com deficiência tem um profissional de apoio à inclusão para auxiliá-lo em suas atividades e rotina. E, além disso, há uma instituição especializada (Pestalozzi) que, em convênio com o município, atende às pessoas com deficiência, a qual conta com uma equipe capacitada, inclusive o Atendimento Educacional Especializado (AEE).



As pesquisas realizadas ampliaram consideravelmente o conhecimento dos pesquisadores, em relação à inclusão na Educação Infantil. Concluímos que a cada dia que passa os profissionais da educação estão mais conscientes em relação ao seu papel na inserção das pessoas com deficiência. O município em questão está “no caminho certo” promovendo uma inclusão específica para os Centros de Educação Infantil. Outro fator relevante é que, cada vez mais, as crianças estão chegando nos CMEIs e CEIs já com o laudo “em mãos”. Compreendemos que este documento não pode ser um pré-requisito para a inclusão, mas reconhecemos o seu valor para o encaminhamento dos alunos a profissionais especializados.

Reconhecemos que a aplicação desta pesquisa, em apenas um Centro de Educação Infantil, é pouco para a conclusão deste assunto. Pensando nisso, recomenda-se a outros pesquisadores que ampliem para mais Centros, com o objetivo de verificar se os dados se repetem ou se alteram. Aconselha-se, também, que os pais possam ser ouvidos e que o trabalho realizado no Núcleo Municipal de Educação Multidisciplinar ganhe mais destaque nas futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Teixeira Tatiane. O Laudo Clínico, a sala de aula e o professor. **Revista Digital Tendência Inclusiva**. 2017. Disponível em: <https://www.tendenciainclusiva.com.br/single-post/2017/11/19/O-LAUDO-CL%C3%8DNICO-A-S-ALA-DE-AULA-E-O-PROFESSOR>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 1. ed. São Paulo/SP: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- DEFICIÊNCIA FÍSICA**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.



_____. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: 23/12/1996.

_____. **A Consolidação da Inclusão Escolar no Brasil (2003 a 2016)**. Ministério da Educação, 2016. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-consolidacao-da-inclusao-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. Lei nº 13.146 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: **Diário Oficial da União**: 07/07/2015.

_____. **A consolidação da inclusão escolar no Brasil (2003 a 2016)**. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Diretoria de Políticas de Educação Especial. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-consolidacao-da-inclusao-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

CRUZ, Mara Lúcia Reis Monteiro da. **Estratégias Pedagógicas para Alunos com Dificuldades de Aprendizagem**. Rio de Janeiro, 2014.

DINIZ, Debora. **O que é Deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FAVA, Maria Augusta Avença. **Dificuldades de Aprendizagem**: percepções e atitudes dos professores de 1º Ciclo do Ensino Básico. Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior de Educação e Ciências. Lisboa – Portugal. Outubro, 2011.

FIGUEIREDO, Mirela de Oliveira; MATSUKURA, Thelma Simões; EMMEL, Maria Luísa Guillaumon. Práticas de identificação e estratégias de ensino para alunos com dificuldades de aprendizagem. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, art. 7, pp. 116-130, Abr./Jun. 2013.

FLEITH, Denise de Souza. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão - altas habilidade/superdotação. 4, ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Ana Maria Salgado; TERÁN Nora Espinosa. **Transtornos de Aprendizagem e Autismo**. Equipe Cultural, 2014.



GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. 2008. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 12 mai. 2018.

INSTITUTO ABCD. **Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem**: por que o aluno não aprende? 2013. Disponível em: http://www.institutoabcd.org.br/portal/arquivos/1372103012_modulo_2_final_webv8.1.pdf. Acesso em: 10 mai. 2018.

JANNUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. 13. ed. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2011.

LOPES, Ivair Ximenes. **A Sétima Cruzada**. 2012. Disponível em: <http://blog.msma.com.br/a-setima-cruzada/>. Acesso em: 18 mai. 2018.

MALUF, Maria Irene. Crianças com Dificuldade de Aprendizagem. **Direcional Escolas - Revista do Gestor Escolar**. 2013. Disponível em: <https://dizacionalescolas.com.br/criancas-com-dificuldade-de-aprendizagem/>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MORAES, Deisy Nara Machado. Diagnóstico e Avaliação Psicopedagógica. **Revista de Educação do IDEAU** v.5 - n.10 - Janeiro - Junho 2010.

NASCIMENTO, Maria Inês Corrêa [et al.]. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

NUNES, Ana Sílvia Duarte; CHAHINI, Thelma Helena Costa. **A relevância da estimulação precoce à inclusão social e educacional de crianças com deficiência e de risco ambiental nas creches de tempo integral**. III CONEDU (Congresso Nacional de Educação) 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA17_ID402_05032016005754.pdf. Acesso em: 07 mai. 2018.

OLIVEIRA, Josivania Feliciano. **Dificuldades de Aprendizagem na Educação Infantil**. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2014.



PAGANELLI, Raquel. **O papel da escola quando há hipótese de diagnóstico de deficiência.** 2018. Disponível em:

<http://diversa.org.br/artigos/o-papel-da-escola-quando-ha-hipotese-de-diagnostico-de-deficiencia>
. Acesso em: 20 mai. 2018.

RODRIGUES, Alba Simone Nunes Viana [et al.]. Dificuldades de Aprendizagem em Sala de Aula: atuação do professor e estratégias de intervenção. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.**/Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 3, n. 1, p. 30-34, jan. / jun. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

SANCHES, Isabel; TEODORO, Antônio. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação.** 2006, 8, 63-83.

SILVA, Aline Maira. **Educação Especial e inclusão escolar.** Curitiba/PR: Editora Intersaberes. 2012.

SILVA, C. P.; BORGES, R. L.; PAIVA, L. D. **Acessibilidade de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.** Beau-Bassin/Maurícias: NEA, 2018.

SPINELLO, Naiara Carla. As dificuldades de aprendizagem encontradas na Educação Infantil. **Revista de Educação do Ideau.** Vol. 9 – Nº 20 - Julho - Dezembro 2014.

STEFANELLO, Maristela dos Santos Ferreira. **Inclusão do aluno com Síndrome De Down no Ensino Regular.** SIDROLÂNDIA/MS 2010. Disponível em:
http://maristelastefanello.blogspot.com/2010/10/sindrome-de-down_2158.html. Acesso em: 21 set. 2018.